



EIXO TEMÁTICO 8 - MUSEUS, ARQUIVOS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A MUSEOLOGIA ATIVA COMO CAMPO DE VALORIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

OLIVEIRA, Kauã Domingues de. (1); FARIA, Ana Carolina Gelmini de. (2)

1. Mestrando do Curso de Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPA/UFRGS). Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS)
Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl. 500 - Campus Saúde - Porto Alegre - RS - CEP 90035-007

kauado@gmail.com

2. Docente do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS). Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS)

Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl. 500 - Campus Saúde - Porto Alegre - RS - CEP 90035-007

carolina.gelmini@ufrgs.br

RESUMO

O trabalho estabelece um paralelo entre a Museologia Ativa, iniciada nos anos 1970 e popularizada a partir da década de 1980, e a preservação do Patrimônio Industrial, aproximando da realidade brasileira. Investiga como a Museologia Ativa pode constituir um campo fértil para a ressignificação de uma memória industrial que é cada vez mais essencial na consolidação de uma identidade de grupos minoritários historicamente ligados ao trabalho fabril, como mulheres, negros e imigrantes, e também para a valorização da história dos meios de produção responsáveis pelo desenvolvimento urbano local. A partir da revisão bibliográfica das contribuições de Brulon (2015) Duarte (2013), Guarnieri (1980), Santos (2002), Santos (2017) e Varine (2008; 2012; 2014), bem como da análise de documentos como Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984) - como bases da Museologia Ativa -, a Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011) - como elementos fundamentais para o entendimento do Patrimônio Industrial - busca os principais pontos que embasam a vertente museológica e os principais valores atribuídos a este patrimônio, com o intuito de entender quais aspectos podem auxiliar não só na preservação, mas sobretudo na valorização e na ressignificação do Patrimônio Industrial, em especial em áreas urbanas, onde este encontra-se mais fragilizado. Analisa como a formulação do conceito de museu integral, que se fundamenta na dinâmica da tríade território, população (ou comunidade) e patrimônio enquanto prática museológica voltada para o social, converge para práticas de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio industrial. Uma das primeiras iniciativas, o Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines, criado na França, na região da Borgonha, em 1974, é apresentado como um exemplo dessa articulação. A pesquisa aponta que a manutenção de estruturas industriais encerradas ou em funcionamento podem se configurar como excelente valor econômico para a comunidade local, além de ajudar no desenvolvimento sustentável da região ao potencializá-las na perspectiva da Museologia Ativa. Conclui que para isso é fundamental que haja ampla participação popular e engajamento da comunidade, tanto na definição de seus elementos identitários, como na gestão das práticas museais. Isto estreitará os laços da comunidade com a preservação do patrimônio local, lhe atribuindo domínio e tornando-a de fato responsável de sua própria história.

Palavras-chave: Museologia Ativa; Museu Integral; Patrimônio Industrial.

1 Introdução

O patrimônio industrial é um tema emergente no campo da preservação. Embora os debates a respeito da preservação da memória industrial tenham iniciado em meados dos anos 1950 na Inglaterra (KÜHL, 2006), o tema só ganhou projeção internacional e começou a se consolidar como um campo de estudo exclusivo a partir do início do século XXI. Mesmo com algumas iniciativas pioneiras no campo da Museologia em prol desta memória industrial, em especial o *Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines* e o projeto para um Museu de Indústria em São Paulo na tese de doutorado da professora Waldisa Russio Guarnieri (1980), atualmente talvez o maior campo de estudo do patrimônio industrial resida nas pesquisas envolvendo o patrimônio edificado nas investigações da Arquitetura e do Urbanismo. Este desenvolvimento do tema, porém, se demonstra cada vez mais cheio de lacunas e com um imenso desperdício de potencial ao negligenciar, por vezes, as relações sociais e de território inerentes a memória industrial, principalmente levando em conta o cenário socioeconômico atual.

A sociedade contemporânea vive, mais uma vez, uma crise de suas bases, tanto econômicas, quanto sociais. Esta crise vem reforçando também uma desigualdade cultural, silenciando minorias, apagando monumentos e identidades de grupos sociais menos favorecidos. De certa forma, é possível estabelecer um paralelo com as transformações sociais e culturais iniciadas nos anos 60 do século XX, em especial o Maio de 68, e seus reflexos e contramedidas nas décadas seguintes, como a instauração das ditaduras militares na América Latina nos anos 1970, “[...] resultado dos investimentos dos países imperialistas, que procuram reagir à onda de contestação e às lutas revolucionárias da década de 60” (SANTOS, 2002, p. 96). O questionamento das instituições estabelecidas, a crise de valores e o combate ao crescente autoritarismo do Estado aparecem com força em nossa sociedade, nos aproximando do contexto histórico das bases da Museologia Ativa.

Desta forma, este texto busca entender como a Museologia Ativa pode constituir um campo fértil para a ressignificação de uma memória industrial que é cada vez mais essencial na consolidação de uma identidade de grupos minoritários historicamente ligados ao trabalho fabril, como mulheres, negros e imigrantes, e também para a valorização da história dos meios de produção responsáveis pelo desenvolvimento urbano local.

Para isso, buscamos estabelecer um paralelo entre o contexto socioeconômico e cultural na atualidade e as bases que sedimentaram a Museologia Ativa a partir dos anos 1960 com base em uma revisão bibliográfica. Também foi realizada uma análise documental

centrada na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972 e a Declaração de Quebec, de 1984 com o anúncio formal da Nova Museologia, bem como a Carta de Nizhny Tagil (2003) e dos Princípios de Dublin (2011) como elementos fundamentais para o entendimento do Patrimônio Industrial. Com isso, pretendemos interpretar como a Museologia Ativa, por meio dos ecomuseus e museus de território pode contribuir para a valorização deste patrimônio e o que pode ser feito, de maneira prática, para aplicar os conceitos fundamentais deste processo museológico.

2 As crises socioeconômicas do século XXI e o apagamento da memória das minorias

Vivemos uma época de mudanças estruturais bastante evidentes em nossa sociedade contemporânea, principalmente no que se refere a última década. No campo econômico, as mudanças climáticas, bem como a consolidação do mercado asiático (em especial a China) como polo industrial global, acirrando as disputas com o mercado local em muitos países, faz com que diversos meios de produção e modelos econômicos sejam revistos; a “sustentabilidade produtiva” passa a figurar como um dos principais fatores dentro da indústria, seja como forma de se adaptar necessidade global pela preservação dos recursos naturais, ou de diminuir custos e atribuir valor à produção a fim de torná-la mais competitiva no mercado interno e externo.

No que se refere as questões políticas e sociais, a crise econômica que vem se instaurando em países da América Latina na última década, bem como a instabilidade política em países do Oriente Médio e da África que acentuou o fluxo migratório destas localidades para os países do Primeiro Mundo tornou cada vez mais flagrante a desigualdade social e possibilitou o surgimento de novos grupos de extrema direita e o enfraquecimento dos grupos de esquerda que haviam chegado ao poder na primeira década do século XXI, bem como o questionamento das instituições democráticas.

Estas duas questões se encontram e se potencializam, uma vez que, como defende Guarnieri (1980, p. 29) “[...] a indústria é a atividade produtiva e transformadora do homem”. À medida que as atividades produtivas mudam, as relações de trabalho também se transformam, provocando mudanças comportamentais e de caráter social de igual medida. Esta relação é ainda mais emblemática na realidade brasileira, já que, como também afirma Guarnieri o país “[...] adquiriu verdadeira fobia as atividades que exigem empenho predominantemente manual” (Ibidem, p. 105) por conta da relação histórica destas

atividades com o trabalho escravo. Mais uma vez, as relações sociais e de trabalho se confundem na construção de uma questão cultural. Desta forma, um cenário de crise econômica que leva diferentes segmentos da população a buscarem subempregos e se aproximarem mais de atividade braçais acaba se tornando também uma crise social, uma vez que desumaniza o trabalhador braçal por meio de um preconceito histórico, enquanto aumenta a distância entre estes e as classes mais altas da sociedade.

Este cenário de desigualdade e preconceito faz com que cada vez mais indivíduos sejam deixados de fora dos processos identitários e de preservação da memória da sociedade. Com a exclusão de determinados indivíduos do espaço museal, seja pela falta de elementos que os represente dentro da narrativa do museu, seja pela falta de conhecimento ou mesmo interesse dos profissionais de Museologia por estes indivíduos, começamos a nos aproximar novamente da realidade dos museus do século XX, onde estas instituições haviam se transformado “[...] em pouco mais do que um depósito lúgubre de objetos” (DUARTE, 2013, p. 100).

Mais uma vez, há um conflito epistemológico entre uma Museologia dita “tradicional” e uma Museologia Ativa no que se refere as questões relativas à contemplação de diferentes grupos identitários, sobretudo em sociedades onde desigualdade social é flagrante:

O museu é uma instituição social que produz sistemas de significados e os comunica publicamente. [...] as construções de valor e os discursos narrativos concretizados no museu não têm nada de intemporais ou absolutos. São atribuições de significados que, por envolverem a possibilidade de significados alternativos, acarretam sempre a existência de lutas de poder. (DUARTE, 2013, p. 107)

Como em qualquer sociedade desigual, que poder de representatividade teriam as classes mais baixas, justamente aquelas diretamente relacionadas ao trabalho fabril? Mais ainda, como representar em um museu, de forma inclusiva e coerente, grupos fragilizados e heterogêneos? Caímos, mais uma vez, na problemática que assolava os espaços de educação e cultura no final da década de 1960: com a revisão e a ampliação do conceito de patrimônio (RIVARD, 1984 apud SANTOS, 2002), torna-se cada vez mais difícil contemplar de maneira democrática os diferentes grupos sociais e culturais. Não apenas isto, como também estavam ausentes “[...] todo o autoquestionamento ou autocrítica sobre os fundamentos e o papel social e político do museu” (DUARTE, 2013, p. 108).

Porém, diferentemente do contexto dos anos 1970, as discussões acerca do papel dos museus na sociedade encontram-se muito mais desenvolvidas atualmente. Não se pode

“desfazer” os avanços no campo museológico, principalmente no que diz respeito aos anos 1980 e 1990. A Museologia, enquanto disciplina, era embrionária e seu papel enquanto ciência social apenas começava a ser discutido. O mundo já não é mais o mesmo. A proposta educativa de autores como Paulo Freire tornam-se cada vez mais essenciais na busca por consciência social. Além disso, pensar o museu hoje sem problematizar a relação homem-objeto é reduzir o espaço a um mero depósito. Como salienta Duarte (2013, p. 101), “O museu pode e deve ser um instrumento privilegiado de educação permanente e um centro cultural acessível a todos”. Desta forma, restringir os desafios museológicos não é apenas limitar a democratização do espaço museal, mas também tornar a Museologia ineficiente em seus objetivos-fim.

Tornam-se cada vez mais fundamentais os pressupostos estabelecidos há quase cinquenta anos na Mesa-redonda Sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo em 1972 - conhecida por Mesa Redonda de Santiago do Chile - e de pensar nestas novas transformações sociais, econômicas e culturais como um desafio para a Museologia. É possível estabelecer um paralelo com a sociedade atual ao analisarmos a seguinte consideração, presente nas resoluções adotadas no evento de 1972:

[...] a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas; (ICOM, 1999, p.112)

Para solucionar tais questões sociais dentro no campo museal torna-se indispensável pensar em museus de atuação regional, ligados à comunidade ao qual estão inseridos, se aproximando cada vez mais dos ideais de museu integral estabelecidos pela Declaração de Santiago do Chile. Para Santos (2017, p. 43), ao incorporar o conceito de museu integral as instituições passam a ter por responsabilidade social “[...] conscientizar as comunidades a que servem através da promoção de atividades que esclareçam os problemas atuais, conectem passado e presente, contribuam com o engajamento e a transformação das comunidades”, num esforço para o reconhecimento de seu próprio patrimônio natural e cultural.

O papel do patrimônio industrial no contexto de preservação da memória e da identidade reside, segundo os valores pressupostos pela Carta de Nizhny Tagil (TICCIH,

2003, n.p.) pelo fato dele se apresentar como “[...] parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns”, sendo assim capaz de conferir-lhes um “importante sentimento identitário” (Ibidem, n.p.). Também por associar-se diretamente a memórias e a vida social dos trabalhadores e de suas comunidades, suas técnicas e meios produtivos, de acordo com os Princípios de Dublin (TICCIH; ICOMOS, 2011). Por tais motivos, este é um patrimônio cujos valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, ligados diretamente aos locais e as comunidades aos quais estão inseridos. Preservar os vestígios do patrimônio industrial em um museu “tradicional”, centralizado, distante do seu local de origem parece uma tarefa sem sentido, uma vez se este mesmo patrimônio parece dialogar perfeitamente com os princípios do museu integral.

3 A Museologia Ativa como campo de valorização e ressignificação do Patrimônio Industrial

Apesar do conceito de museu integral anunciar uma Museologia Ativa, voltada para um exercício social democrático, seu ápice enquanto busca de reconhecimento se deu através do Movimento da Nova Museologia, empregado quatorze anos mais tarde, em 1984, durante o I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, em Quebec, no Canadá (SANTOS, 2017). Seu resultado, a Declaração de Quebec, é produto das profundas transformações museológicas ocorridas desde 1972, segundo Mário Moutinho “[...] por práticas que revelam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional” (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p.28). Teve como base as experiências adquiridas com os novos modelos de museus, alinhados com pressupostos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em especial os ecomuseus e museus comunitários na Europa e os museus de vizinhança nos Estados Unidos. Esta Nova Museologia pregava o conceito de museu integral que, segundo Santos (2002, p. 116) seria um “[...] museu que tem a ênfase no homem - sujeito do ato de conhecer e de transformar o conhecimento e o mundo - na sua relação com o meio, que aborda a totalidade dos problemas da sociedade”.

Assim, diferente do “museu tradicional”, que se apoiava sobretudo na tríade formada pelo edifício, público e acervo, a proposta de Museologia Ativa, inspirada no conceito de museu integral, se apoiaria no território ao qual estaria inserido, na população (ou comunidade) e no seu patrimônio, respectivamente (SANTOS, 2002). Esta abordagem tinha como intuito pôr em prática um processo educacional que, alinhado com o discurso pedagógico de Paulo Freire, fosse capaz liberar o homem de suas amarras culturais e

sociais e fazê-lo sujeito de sua própria história a que de Varine (1987 apud SANTOS, 2002) define como desenvolvimento comunitário.

É importante frisar que tais transformações no campo museal inicialmente não se deram de maneira ampla e integrada, mas muito mais como iniciativas pessoais de profissionais de museus preocupados com o desenvolvimento social. Como demonstra Santos (2002), estas iniciativas até os anos 1980, apesar de em bom número, não gozavam de amplo prestígio e aceitação no universo museológico:

O que se observa é que, no início dos anos 80, apesar da existência de um bom número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre, os profissionais que desenvolviam ações museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências no sentido de que seus projetos fossem reconhecidos no universo museológico. (SANTOS, 2002, p. 102)

Dentre estas iniciativas destaca-se o Ecomuseu do Creusot Montceau-les-Mines, na França. Esse museu se desenvolveu sob a tutela dos defensores da Museologia Ativa, como Hugues de Varine (2008; 2012; 2014), que também foi responsável por conceber o termo “ecomuseu” em 1971 no contexto da IX Conferência Geral de Museus do Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizada em Grenoble, na França (DUARTE, 2013). A ideia desse museu nasceu no início dos anos 1970, quando Marcel Évrard passou a residir na região de Borgonha e participou da organização de diversas exposições locais “[...] fosse de arte primitiva, fosse de arte contemporânea, nos espaços públicos locais, como salões de festa e as salas da prefeitura” (BRULON, 2015, p. 269) ao lado de membros da comunidade local interessados em descentralizar e fomentar a cultura da região, numa espécie de “Casa de Cultura sem estruturas permanentes” (Ibidem, p. 269). O papel de Évrard nestas exposições, bem como seu reconhecimento no campo museal francês “[...] por ter trabalhado, em um momento anterior, na organização de exposições no Musée de l’Homme” (Ibidem, p. 269) e por sua atuação na coleta de objetos de arte primitiva para diversos outros museus franceses, fez com que ele fosse convidado pelo prefeito a criar um museu a partir das estruturas culturais já iniciadas na região.

O projeto logo chamou a atenção de importantes nomes da Museologia francesa, como Georges Henri Rivière e o próprio Hugues de Varine, então diretor do ICOM, que se juntou ao projeto já em 1971. Com a participação de Varine, bem como as ideias de uma nova abordagem museológica proposta na Mesa de Santiago do Chile, em 1972, não tardou para Rivière (amigo pessoal de Varine e dos maiores teóricos da Museologia francófona) também se integrasse à iniciativa (VARINE, 2008; 2012; 2014). Em 1973 Rivière colaborou

com Évrard para a criação do primeiro esboço de uma programação museológica para Creusot (BELLAIGUE-SCALBERT, 1989 apud BRULON, 2015) e em abril de 1974 foi oficialmente inaugurado o Ecomuseu do Creusot Montceau-les-Mines, reconhecido em português como Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot, se tornando um marco da Museologia Ativa que viria a ganhar força nas décadas seguintes.

Mais do que um novo “modelo” de museu, o Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot representa um ponto de convergência essencial para entender a relação entre a Museologia Ativa e o Patrimônio Industrial. Pensado inicialmente como Museu do Homem e da Indústria, a instituição seria estabelecida sobre as bases de uma comunidade industrial. A história da região confunde-se com a história da indústria local, que chegou a ser, segundo Brulon (2015, p. 271) “[...] uma das mais importantes da França no Século XIX”. Em meados de 1830, antes das minas serem adquiridas por pelos irmãos Schneider, Creusot era um vilarejo de aproximadamente 800 pessoas. A região se desenvolveu em paralelo a indústria local, de modo que o poder exercido pela família Schneider extrapolaria as questões econômicas e incidiria diretamente sobre a política e sobre a sociedade local, como aponta Brulon (Ibidem, p. 272):

Essa estrutura jurídica iria confundir as responsabilidades e os interesses de uma família com aqueles de uma empresa. A partir desta apropriação paternalista, a história do Creusot, depois do século XIX, se viu reduzida, na maioria dos pontos de vista, à história da genealogia dos Schneider. Como aponta Debary, a onipresença dos Schneider no local é marcada pela presença de monumentos: estátuas dos Schneider dividem o espaço das forjas; diversas igrejas foram batizadas com o primeiro nome de cada um dos patriarcas (Debary 2002:22). O espaço político do Creusot também não escapou dessa dominação e, apesar de os Schneider não ocuparem eles mesmos os cargos de prefeito ou de deputado, eram membros da empresa próximos a eles que o faziam. Eles representavam uma família, uma empresa e toda uma cidade.

Desta forma, pode se entender que as inquietações culturais e identitárias de Creusot na segunda metade do século XX estava diretamente ligada a crise da indústria e a morte do patriarca da família Schneider, em 1960. Para que se pudesse animar a cultura local e preservar a memória da região, não bastava apenas coletar e conservar objetos de um passado que havia perdido sua referência. Era necessário coletar objetos e narrativas sob nova perspectiva, ressignificando os elementos restantes deste passado industrial. Uma das primeiras medidas neste sentido foi a utilização do *Château de la Verrerie*, antiga residência dos Schneider, como sede do Museu. A utilização de um dos principais símbolos da oligarquia regional, até então distante do cotidiano da população de Creusot, como espaço de conservação da memória do homem comum significava atribuir um novo valor a um espaço histórico, porém descolado da realidade da comunidade. Este processo, como

evidencia Jean Christophe Combier (DEBARY, 2002 apud BRULON, 2015), um dos presidentes do ecomuseu, foi bastante complexo e dificultoso, uma vez que mesmo após sua abertura para o público, o espaço tardou a ser apropriado pela comunidade. Foi necessário primeiro transformar as relações das pessoas com o território, através da organização de exposições de passagem nos arredores do castelo e da valorização de elementos ecológicos e da paisagem da região.

Mesmo com um inestimável patrimônio industrial a disposição, foi necessário, antes de tudo, integrar a comunidade ao espaço, buscando assim, como preconizava a Declaração de Santiago do Chile, o engajamento da comunidade na ação museal e permitindo mudanças estruturais no interior de sua realidade local. Isso permitiu substituir o ato de preservar pelo ato de apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural (SANTOS, 2002). Sem estas questões sociais, que de fato são intrínsecas ao patrimônio industrial, um Museu da Indústria e do Homem nada mais seria do que um museu de ciência e tecnologia, ou um museu à céu aberto de expoentes da arquitetura industrial. Desta mesma forma, podemos ver como pioneira a iniciativa de Creusot “[...] pela forma como conseguiu articular a proteção do patrimônio material e imaterial, a adesão emotiva dos seus habitantes e a criação artística, materializando uma abordagem da ‘cultura’ no seu sentido antropológico mais efetivo.” (DUARTE, 2013, p. 104). Vale ressaltar também que o Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot foi o primeiro a concretizar exercício de arqueologia industrial, questão esta que só seria abordada mais amplamente no início dos anos 2000 pela Carta de Nizhny Tagil.

Da iniciativa de Creusot e de tantos outros museus e ecomuseus que vieram em seguida, como o Museu da Indústria, Trabalho e Têxteis¹ em Ghent, na Bélgica, o Museu do Trabalho de Hamburgo, na Alemanha², assim como o Museu dos Lanifícios da Covilhã³ e o Ecomuseu do Seixal⁴, ambos em Portugal, é possível inferir que mesmo que trinta anos separem a Declaração de Santiago do Chile da Carta de Nizhny Tagil, o patrimônio

¹ Fundado em 1977 o *Museum over Industrie, Arbeid en Textiel*, ou MIAT possui mais de 30.000 objetos e conta com exposições permanentes e temporárias, além de diversas atividades educativas e culturais como oficinas, cursos, workshops e piqueniques. Este Museu, porém, como chama a atenção Guarnieri (1980), se caracteriza mais como um museu de empresa do que como um museu integral.

² O *Museum der Arbeit in Hamburg-Barmbek* começou a ser pensado ainda nos anos 1970, mas só foi aberto ao público de fato em 1986.

³ Ligado ao Instituto Universitário da Beira Interior e a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, foi inaugurado em 1992 e aberto ao público em 1996, sendo “[...] resultado da aplicação de metodologias de intervenção desenvolvidas no âmbito da arqueologia industrial [...]”. (MATOS; SAMPAIO, 2014, p.103)

⁴ Aberto ao público em 1982, recebe a denominação de ecomuseu em 1983. Tem como missão “investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável.” (SEIXAL, s.a., doc. eletr.)

industrial sempre foi um dos principais objetos de estudo e preservação desta Museologia Ativa.

4 A apropriação e a reapropriação do patrimônio industrial na contemporaneidade: o papel da Museologia Ativa

Ao aproximarmos os conceitos que embasam a Museologia Ativa e o Patrimônio Industrial torna-se mais simples entender por que esta abordagem museológica é tão pertinente quando pensamos em estratégias de valorização e preservação deste patrimônio na atualidade. Todavia, isto não torna a missão menos complexa ou mais fácil. Talvez muito mais do que uma questão epistemológica ou de práticas, um dos principais problemas relativos ao Patrimônio Industrial resida em seu estado de vulnerabilidade cada vez mais acentuado pelas questões econômicas e sociais e as urgências de tais questões no planejamento de nossas cidades e na conservação de tais sítios, como chamam a atenção os Princípios de Dublin (TICCIH; ICOMOS, 2011, n.p.):

O patrimônio industrial é extremamente vulnerável e está em risco constante, sendo frequentemente perdido não só pela falta de conscientização, documentação, reconhecimento ou proteção, mas também pelas mudanças de tendências econômicas, percepções negativas, questões ambientais ou por sua grande dimensão e complexidade.

Por associar-se diretamente aos sistemas de produção e as tecnologias que estes englobam, o Patrimônio Industrial, talvez mais do que os outros, trava uma luta sem fim com os processos de “modernização” e de mudanças dos sistemas econômicos. Guarnieri (1980) já chamava a atenção para essas questões quando discorre sobre necessidade de repensar os valores industriais na perspectiva de preservá-los e, sobretudo, sobre a urgência em “[...] documentar a memória de um processo que se está perdendo mais rapidamente do que as demais facetas da civilização e da cultura por ele engendrado” (GUARNIERI, 1980, p. 20) em um Museu da Indústria no Estado de São Paulo.

No que se refere aos sítios industriais urbanos, uma outra questão que põe em risco sua preservação reside no embate constante contra a especulação imobiliária e a obsolescência econômica e social destes sítios. No caso específico do Quarto Distrito de Porto Alegre, o Zoneamento da cidade, a partir do Plano Diretor de 1959, esvaziou as ruas e gerou insegurança (BALTAR, 2015), bem como a migração de boa parte destas indústrias para a região metropolitana em busca de incentivos fiscais e menor valor do solo na mesma

época fez com que pouco a pouco o Quarto Distrito se convertesse de um polo industrial a um aglomerado de espaços ociosos e vazios urbanos (TITTON, 2012).

Embora diversos estudos e iniciativas, tanto públicas, quanto particulares tenham sido feitas em prol revalorização da região nos últimos anos, o cenário de abandono perdura. A cada ano que passa, não só a memória industrial da região vai sendo perdida pelo gradual esquecimento desta identidade pela população, como seus vestígios materiais, como fábricas, espaços de trabalho e de lazer da classe operária, vão sendo apagados pela pressão do mercado imobiliário em prol de uma suposta “renovação” da região. Se levarmos em conta que, tanto a Carta de Nizhny Tagil como os Princípios de Dublin estabelecem uma necessidade fundamental da preservação do Patrimônio Industrial *in situ*, bem como sua relação indissociável com o local ao qual foi estabelecido, torna-se bastante problemática esta situação de abandono, apagamento e substituição destes vestígios materiais. Estes documentos, inclusive incentivam a utilização destes espaços como recursos educacionais fundamentais para a conscientização do público em geral e das comunidades associadas a eles de sua real importância.

Para solucionar estas questões voltemos então a alguns pressupostos da Museologia Ativa. A Declaração de Santiago do Chile, de 1972, chama atenção para a importância de descentralizar a atuação dos museus nas zonas urbanas, incentivando a criação de exposições itinerantes e museus de bairro (ARAÚJO; BRUNO, 1995). Estas medidas, ao mesmo tempo em que colaboram para a animação cultural local, são capazes de dar nova significação a espaços que perderam sua função útil, mas ainda são carregados de significado e valor histórico, ao mesmo tempo em que tornam possível o desenvolvimento comunitário idealizado por Hugues de Varine (2008; 2012; 2014).

Sem desconsiderarmos os aspectos econômicos, esta abordagem pode se converter numa excelente fonte de renda para a comunidade envolvida. Deixemos de lado um pouco o potencial aspecto turístico de sítios culturais vivos e culturalmente atrativos (menos por sua importância social e econômica indiscutível, mas sim pelos perigos trazidos pelo turismo de massas) e pensemos na relação com o meio natural e as técnicas produtivas:

O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças

organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral. (TICCIH; ICOMOS, 2011, n.p.)

A manutenção destas estruturas industriais em funcionamento pode se configurar como excelente valor econômico para a comunidade local, além de ajudar no desenvolvimento sustentável da região. Como salienta Guarnieri (1980, p. 108), um museu industrial teria como um de seus aspectos importantes o de pesquisar “[...] técnicas tradicionais populares, nacionais que possibilitaram a emergência de determinados setores Industriais.” Com isso, os museus também se configurariam como um “[...] hábil a útil instrumento de apoio e sobretudo de divulgação das tecnologias chamadas alternativas” (Ibidem, p. 108), ajudando a superar as dificuldades produtivas e a romper estruturas de dominação econômicas. É preciso pensar em maneiras de como articular estes espaços para que sejam apropriados por suas comunidades, auxiliando em diversos pontos de seu desenvolvimento, sobre todos os aspectos de seu cotidiano.

5 Considerações Finais

A Museologia Ativa trouxe transformações irreversíveis e necessárias para o campo museal. Não é necessário negar o museu tradicional para entender a importância de uma Museologia envolvida na preservação da memória de grupos sociais que, historicamente, encontram-se a margem da sociedade. Talvez o grande diferencial entre uma visão dita “tradicional” do patrimônio industrial e uma visão alinhada com os preceitos da Museologia Ativa seja justamente sobre seu principal objeto de estudo.

Na visão tradicional é mais fácil alinhar o discurso às figuras de destaque ou a uma visão uniformizadora de seus aspectos identitários. Mesmo que se preocupe em pesquisar, divulgar e conservar o patrimônio industrial, a narrativa construída pode se tornar parcial e excludente, bem como resultar num museu patronal em vez de um espaço que de fato busque entender a essência desta memória industrial.

Talvez por isso Guarnieri (1980) defenda tão abertamente uma abordagem mais ativa, ou “dinâmica” e “participatória”, em suas próprias palavras. O Patrimônio Industrial reflete seu verdadeiro valor quando foca também sua narrativa no homem comum; no cotidiano de trabalhadores e industriários:

Entende-se, entretanto, que a História Industrial preocupando-se com o processo não é um conjunto de biografias de “varões ilustres”, ou de “operários-padrão”. Empresário e operário (ou empregado do comércio) serão vistos, sempre que criadores e empreendedores como “pioneiros”, ou

como "inovadores" DENTRO DO PROCESSO GLOBAL. Ao mesmo tempo, não poderão ser esquecidos jamais em qualquer pesquisa pela sua contribuição pessoas, algumas vezes em lutas tão obstinadas que chegam a ser heroicas. (GUARNIERI, 1980, p. 111)

Acreditamos que um museu comprometido com o desenvolvimento comunitário e com uma construção contínua e dinâmica dos processos de valorização e apropriação cultural e social é aquele que busca de forma exaustiva representar as mais diferentes facetas dos atores de sua história, sem jamais negar ninguém. Para isso é fundamental que haja ampla participação popular e engajamento da comunidade, tanto na definição de seus elementos identitários, como na gestão do museu. Isto estreitará os laços da comunidade com a instituição, tornando-a de fato responsável de sua própria história.

Reforçamos, assim, a importância da ação comunitária no processo de preservação do Patrimônio Industrial. Nenhum patrimônio perdura se não for apropriado pela sua comunidade. Esta questão é ainda mais flagrante quando falamos de elementos ligados a identidade de grupos minoritários ou excluídos na sociedade, cuja importância é frequentemente apagada das narrativas históricas pelos grupos sociais hegemônicos e detentores de maior poder. Se focarmos exclusivamente na preservação dos objetos e nos testemunhos materiais, sem vincular as diferentes narrativas e contextos sociais aos Patrimônios Industriais, teremos nossa memória industrial reduzida aos testemunhos arquitetônicos de uma era ultrapassada e encerrada em si mesma.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BALTAR, Lúcia Scorza. **O distrito cultural**: a mudança no imaginário do 4º Distrito de Porto Alegre. 2015. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Publicidade e Propaganda, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/122671> Acesso em 16 maio 2021.

BRULON, Bruno. A Invenção Do Ecomuseu: O Caso Do Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines E A Prática Da Museologia Experimental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 267-295, agosto de 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200267&lng=en&nrm=iso Acesso em 17 maio 2021.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.99-117, 2013. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248> Acesso em 17 maio 2021.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. **Um Museu de Indústria em São Paulo**. 1980. 264p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Escola de Pós-graduação de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1980.

ICOM. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.L.], v. 1, n. 15, p. 111-121, jun. 1999. Department of Museology - Lusophone University. <http://dx.doi.org/10.36572/csm>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>. Acesso em: 26 maio 2021

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio - Revista Eletrônica do Iphan**, São Paulo, v. 4, p.1-7, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf Acesso em 16 maio 2021.

MATOS, Ana Cardoso de; SAMPAIO, Maria da Luz. Patrimônio industrial e museologia em Portugal. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 5, p.95-112, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15472> Acesso em 17 maio 2021.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova museologia. **Reflexões Museológicas: caminhos de vida**, Lisboa, v. 18, n. 18, p.93-139, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/35> Acesso em 16 maio 2021.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: um estudo exploratório de possibilidades museológicas**, 2017. 764p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php> Acesso em 17 maio 2021.

SEIXAL, Ecomuseu Municipal do. **Ecomuseu Municipal do Seixal**, s.a. Disponível em: <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal> Acesso em: 1 mar. 2021.

TICCIH. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH - Brasil. **Carta de Nizhny Tagil**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, São Paulo. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em 16 maio 2021.

TICCIH; ICOMOS. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH - Brasil. **Os Princípios de Dublin**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em 16 maio 2021.

TITTON, Cláudia Pauperio. **Reestruturação produtiva e regeneração urbana: o caso do IV Distrito de Porto Alegre**. 2012. 314 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2596> Acesso em 17 maio 2021.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 41, n. 27, p.25-35, 30 abr. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495> Acesso em 16 maio 2021.

VARINE, Hugues de. Reflexões sobre um museu de território. In: ENCONTRO DE MUSEUS DO DOURO, 1., 2007, Douro. **Anais...** Douro: Rede de Museus do Douro, 2008. p.1-8. Disponível em: <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf> Acesso em 17 maio 2021.

